

# RELATÓRIO E CONTAS 2023



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2023, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2019-2023).

## Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

## Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

## Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientadas pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

## Relatório Programático

O presente relatório tem por objectivo apresentar os principais resultados dos trabalhos realizados pelo CIP durante o ano de 2023. Centra-se nos resultados alcançados pelos seus quatro pilares e espelha a execução programática e financeira em 2023.

O ano de 2023 foi bastante atípico. O facto de ser um ano eleitoral, agravou o contexto de

fechamento do espaço cívico. Este facto dificultou, e muito, o acesso à informação, que é condição primordial para o desenvolvimento das actividades do CIP.

Contudo, o CIP introduziu e deu seguimento a vários processos com um sucesso assinalável, o que acabou por conferindo uma maior robustez, e, como tal, facilitando o alcance de resultados satisfatórios no trabalho realizado pela área programática.

O compromisso do alcance de melhores resultados no trabalho da organização vai, e deve continuar a ser, a maior preocupação em 2024.

O relatório é subdividido em duas áreas, sendo a primeira a programática e a segunda a área financeira.

## 1. Indústria Extractiva

Nesta área temática, o CIP procura promover a boa governação através do sector extractivo com base na promoção da transparência,

responsabilização e prestação de contas. No período em alusão, o CIP analisou os preços de referência para o carvão moçambicano, mostrando que o Instituto Nacional de Estatística (INE) altera dados dos preços, distorcendo a avaliação das receitas fiscais para o Estado. Como resultado, o Governo aprovou, através do Diploma Ministerial n.º 91/2023, o Regulamento do Preço de Referência para efeitos de determinação do valor do produto mineiro.

O CIP publicou vários artigos nos quais expunha as fragilidades que a proposta de lei do fundo soberano, apresentada pelo Governo, representava e filiou-se ao movimento do fundo soberano para exercer pressão para as mudanças indicadas. Como resultado, no dia 13 de Dezembro de 2023 a AR aprovou na generalidade a proposta de lei do fundo soberano, que já estava na sua 7ª versão, onde estão incluídas as propostas do CIP, e de outros parceiros do movimento do fundo soberano, que melhoram sobremaneira aspectos sobre a transparência e sobre o papel dos intervenientes

## **2. Procurement Público e Parcerias Público Privadas**

Nesta área temática, o CIP monitora e expõe injustiças nos processos de procurement público e parcerias público privadas e na alocação e implementação de contratos, com ênfase particular nos conflitos de interesse de funcionários públicos, no tráfico de influências e nos abusos, relativamente ao preço e à qualidade dos produtos e serviços.

No ano de 2023, o CIP analisou a adjudicação questionável de cinco contratos pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) para a aquisição de serviços de transporte para as actividades do recenseamento eleitoral na província de Cabo Delgado, demonstrando fortes indícios de sobrefacturação e manipulação dos concursos para favorecer empresas detidas por figuras com ligações ao partido Frelimo. O trabalho do CIP contribuiu para que o Ministério de Economia e Finanças ordenasse o cancelamento de um dos contratos do STAE provincial de Cabo Delgado, avaliado em 88 milhões de meticais.

Ainda nesta área, o CIP também investigou irregularidades nas aquisições do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Risco de Desastres (INGD) e demonstrou como a corrupção enraizada na instituição tem estado a comprometer a capacidade do Governo de responder aos desastres humanitários que assolam o país. Em reacção às evidências apresentadas no relatório do CIP, o INGD recomendou a realização de uma auditoria externa ao Fundo de Gestão de Calamidades - onde ocorreram muitos dos casos de desvio de fundos reportados na investigação do CIP.

## **3. Finanças Públicas**

Nesta área, o CIP pretende que a monitoria vigilante dos recursos públicos sirva como um instrumento para assegurar que os funcionários de instituições públicas, dentre outras, se sintam comprometidos a garantir que haja transparência e prestação de contas na gestão da coisa pública. Esta monitoria

também deverá assegurar uma maior possibilidade das instituições e dos seus oficiais facilitarem a participação pública nos processos orçamentais, bem como publicarem dados correctos, abrangentes e escrutináveis e a tempo oportuno.

No período em análise, o CIP através das análises realizadas para a despesa pública, expôs casos de gastos excessivos nas componentes de salários e remunerações, na implementação da Tabela Salarial Única. Esta exposição levou a Inspeção Geral da República a iniciar o processo de auditoria aos processos de enquadramento dos funcionários e agentes do Estado. Com esta acção foi possível a recuperação de 500 milhões de Meticais.

O CIP analisou as repercussões fiscais para as estratégias de variações nas taxas de juro e constatou que lesaram o Estado em mais de 1,6 biliões de MT. Como resultado da investigação do CIP, os pesquisadores foram solicitados pelo presidente da Bolsa de valores de Moçambique para melhor interacção.

## **4. Anticorrupção**

Em relação à área de anticorrupção, o CIP exerce actividades de monitoria da actuação dos órgãos de administração da Justiça com vista a propor a introdução de melhorias/reformas no quadro legal e institucional e na sua forma de actuação visando combater a corrupção e infracções conexas, que já foram identificadas como causas do subdesenvolvimento do país, tanto pelo poder político, como pela sociedade.

O CIP expôs o caso relacionado com o facto de o Tribunal Supremo (TS) estar a agir usando dualidade de critérios. Ou seja, por um lado exige aos tribunais para julgarem com celeridade casos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, devido a pressão política para retirar Moçambique da lista cinzenta do Gabinete de Acção Financeira Internacional (GAFI), e, por outro, recusa os apelos da Procuradoria – Geral da República para julgar com celeridade os casos de corrupção.

Outrossim, foi aprovado o Plano de Acção da Estratégia de Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública (EPCCAP – 2023 – 2033), como resultado da intervenção directa do CIP depois de ter advogado publicamente sobre as lacunas referentes a não produção de um plano de acção visando materializar a EPCCAP. Ainda na mesma senda, o CIP teve encontros com o Inspector– Geral da Administração Pública visando conhecer os passos que estavam a ser seguidos para materializar a EPCCAP.

No que se relaciona com a avaliação de Moçambique no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional de 2023, o CIP fez uma análise que evidenciou que o país continua mal posicionado uma vez que obteve uma classificação estacionária em relação ao ano transacto, 2022. Fez igualmente uma análise crítica sobre a má classificação de Moçambique no Índice sobre branqueamento de capitais e financiamento do Terrorismo do Basel Institute on Governance, ambos os índices com cobertura a nível planetário

## 5. Áreas Transversais

### 5.1 Jornalismo Investigativo

No jornalismo investigativo, o CIP investiga assuntos de relevância nacional. No período em apreço, o CIP desvendou o esquema de venda de nacionalidade moçambicana a estrangeiros, que funciona a partir da Conservatória dos Registos Centrais em Maputo e envolve outras instituições relevantes do Estado nas províncias de Maputo e Nampula. Na investigação, foram analisados 27 processos de atribuição de nacionalidade moçambicana referente aos anos de 2011-2022. Dos 27 processos analisados, foram constatadas irregularidades graves em três processos de igual número de cidadãos, a quem foi atribuída a cidadania moçambicana sem reunir os requisitos legais. Os três são de nacionalidade originária turca.

Recolhidas as evidências e publicado um artigo a expor o caso, de seguida o CIP endereçou uma carta ao Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) e ao Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) expondo as evidências e os elementos de prova dos crimes cometidos, e solicitando a intervenção das duas instituições. Em reacção à investigação do CIP, a ministra da Justiça, Helena Khida, prontificou-se a fazer uma investigação interna com o intuito de responsabilizar disciplinarmente e criminalmente todos os funcionários afectos ao notário dos registos centrais, instituição sobre a sua tutela.

### 5.2 Sensibilidade do Género

O CIP destaca nos seus estudos a abordagem das desigualdades de género (e outras construídas socialmente), em particular no concernente, tanto aos impactos diferenciados da indústria extractiva, finanças públicas e *procurement*, quanto à inclusão das mulheres e dos grupos mais vulneráveis nos esforços de responsabilização das autoridades públicas e dos interesses privados perante os cidadãos.

No período em reporte, o CIP analisou a representatividade da mulher nos órgãos de tomada de decisão e o seu reflexo na qualidade de serviços de saúde materno-infantil. A conclusão tirada foi de que a provisão dos serviços de saúde materno-infantil continua precária, mesmo como uma boa representatividade da mulher em órgãos de tomada de decisão.

### 5.3 Estratégias de Comunicação

Nesta área, são capitalizadas estratégias claras e consistentes de comunicação, através das quais circula a calendarização e visibilidade dos produtos do CIP.

No período em referência, o CIP construiu o seu estúdio para a produção de PodCast, uma plataforma moderna e muito em voga em todo o mundo, para atingir novos públicos e produção de novos conteúdos que são distribuídos e consumidos através das redes sociais.

A implementação de novas estratégias de comunicação permitiu o incremento do número de redes sociais usadas pela organização. Agora o CIP dispõe de sete (7) redes digitais, nomeadamente: Twitter,

Facebook, Youtube, WhatsApp, Instagram, LinkedIn e tiktok. Também houve incremento do número de publicações nas redes sociais, o que atizou e promoveu discussões intensas no espaço público.

#### **5.4 Monitoria, Avaliação e Angariação de Fundos**

No seu trabalho o CIP procura impacto nas actividades de advocacia para que influenciem a aprovação e/ou actualização de leis e políticas, bem como para influenciar os decisores nos diferentes sectores do Estado. Sistemas efectivos de monitoria e avaliação estão constantemente a ser desenvolvidos e aperfeiçoados para medir as mudanças resultantes do trabalho de advocacia do CIP. A implementação da monitoria, avaliação, aprendizagem e angariação de fundos, no CIP, é com base numa abordagem sistémica baseada em parcerias. As actividades são monitoradas e os resultados são regularmente medidos e comparados com as metas originais.

#### **5.5 Descentralização**

Nesta área, o CIP aprofunda e consolida o processo de descentralização administrativa em Moçambique, que implica a criação de entidades descentralizadas de nível provincial, autárquico e distrital, como resultado na revisão pontual da Constituição da República de Moçambique, aprovada pela Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho. O CIP organizou um debate sobre a viabilidade ou pertinência da realização das eleições distritais, constitucionalmente marcadas para Outubro de 2024. Igualmente o CIP apresentou o

Relatório sobre a sustentabilidade financeira das autarquias locais em Moçambique, um estudo cuja pesquisa de campo foi realizada em 7 municípios do País, envolvendo as regiões sul, centro e norte.

A CRED, no seu Relatório publicado em Abril de 2023, nas referências bibliográficas citou um trabalho do CIP, publicado em Agosto de 2020, no qual a organização fazia uma análise sobre a viabilidade ou não das eleições distritais de 2024, olhando para três dimensões, designadamente: a política, a económica e a jurídica.

#### **5.6 Mudanças Climáticas**

Esta é uma área nova, e é o primeiro ano que o CIP implementa com acções concretas. Nesta área, usando as técnicas do jornalismo investigativo, o CIP realizou uma investigação sobre a corrupção no sector de terras, com enfoque para os processos de atribuição de DUATs e Licenças Ambientais na autarquia de Maputo. A investigação constatou que o Conselho Municipal de Maputo atribuiu ilegalmente um Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) a uma empresa para a implantação de um condomínio no perímetro do mangal da Costa do Sol, considerada uma zona protegida, contrariando a Lei de Terras e as políticas ambientais.

A investigação apurou, ainda, que apesar da violação gravosa da Lei, pela autarquia de Maputo ao atribuir DUAT naquela área, a ministra da Terra e Ambiente atribuiu licença

ambiental a mesma empresa para a construção do referido complexo habitacional na área do Mangal, levantando indícios de corrupção ou de tráfico de influências.

Recolhidas as evidências e publicado um artigo a expor o caso, de seguida o CIP endereçou uma carta à Procuradoria da Cidade expondo o caso e solicitando a sua intervenção. Em reacção à investigação do CIP, a ministra do Ambiente, Ivete Maibaze, disse que a licença ambiental atribuída à empresa em causa era legal. No entanto, mais tarde, a Procuradoria da Cidade de Maputo, ordenou a revogação do DUAT e da licença ambiental concedidos.

### **6. Assuntos Transversais**

#### **6.1 Dívidas Ilegais ou Ocultas**

Ao longo de 2023, o CIP continuou a acompanhar os processos judiciais relacionados com as dívidas ocultas, a correr os seus trâmites nas jurisdições de Moçambique, Reino Unido, Estados Unidos da América e África do Sul, e com isso tornou-se uma instituição referência de partilha de informação e análise especializada do tópico. O CIP acompanhou e publicou informações e análises detalhadas sobre o processo das dívidas ocultas, a ocorrer na Inglaterra, Estados Unidos e África do Sul.

#### **6.2 Programa de Eleições**

O Boletim Sobre Processo Político em Moçambique 2023/2024 retomou em Setembro de 2022. Durante o ano, O Boletim CIP Eleições monitorou e expôs as

manipulações do processo eleitoral, desde o recenseamento eleitoral até à votação, o que tornou o boletim a principal fonte de informação eleitoral. Durante os primeiros 12 meses foram publicados 180 Boletins sobre o processo eleitoral.

O Boletim expôs a nu as manobras da Frelimo para impedir o recenseamento do eleitorado da oposição, a violência eleitoral, a indicação dos membros de mesas de voto (MMV) e as manipulações dos resultados de votação. No recenseamento, a estratégia passava por manipular as avarias de mobiles ou impressoras, recensear listas de eleitores do partido Frelimo. Após a exposição das conversas entre o director do STAE da Beira e os supervisores visando bloquear o recenseamento do eleitorado da oposição, a CNE orientou o STAE a suspender preventivamente o director do STAE da Beira.

O boletim do CIP foi usado pela Renamo para argumento judicial a favor da sua vitória nas eleições autárquicas locais. O delegado da Renamo confirmou que o boletim de contagem paralela dava vitória ao partido Renamo. Após o Conselho Constitucional dar razão à Renamo e reverter a sua derrota em vitória, o delegado contactou o boletim para agradecer pelo contributo na transparência dos processos eleitorais.

### 6.3 Cabo Delgado

No acompanhamento à crise de segurança e humanitária de Cabo Delgado, o CIP realizou uma investigação focada na situação

humanitária, que desvendou a ocorrência de casos de prostituição e exploração sexual de mulheres e raparigas na província de Cabo Delgado. A investigação constatou que falhas na assistência humanitária aos deslocados na província de Cabo Delgado contribuem para que mulheres e raparigas recorram à prostituição como estratégia de sobrevivência. A investigação documentou, ainda, casos de abuso sexual no interior dos centros de reassentamento de deslocados, um fenómeno que, apesar de denunciado anteriormente, ainda se verifica em vários centros de acomodação na província. Em reacção à publicação, um grupo de organizações humanitárias e da sociedade civil realizou seminários sobre o abuso e a exploração sexual em contexto de ajuda humanitária para a consciencialização dos principais intervenientes.

### 7. Governação e Gestão do CIP

Esta é uma área crucial para o CIP e exige o envolvimento de todos na melhoria das suas capacidades e cumprimento de normas e procedimentos para que a instituição esteja apta a acompanhar a evolução mundial. Para tal, o CIP usa a sua base de indicadores de desenvolvimento institucional, que inclui a realização de assembleias gerais ordinárias, retiros institucionais, reuniões mensais do staff, partilha de relatórios na página web, aprovação dos seus documentos pela assembleia geral, existência de procedimentos e políticas institucionais adequadas e impactantes no funcionamento diário,

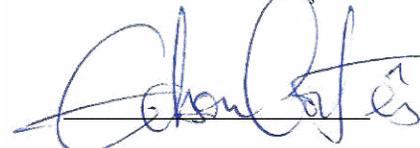
auditorias financeiras anuais (com opinião limpa bem como satisfação interna) distribuição dos colaboradores por género, uso de redes sociais e participação em formações e capacitações.

### 7.1 Órgãos Sociais

No período em alusão, realizaram-se dois encontros dos membros da Assembleia Geral. Um para a aprovação do plano anual 2023 e dos relatórios anuais de 2022, relatório narrativo e financeiro e o de auditoria com a respectiva carta de recomendações. O outro encontro foi para a aprovação do plano anual 2024 e do relatório narrativo e financeiro semestral 2023. Para além disso, foram realizadas quatro visitas do Conselho Fiscal visando analisar o exercício das actividades e os processos internos do CIP. Todos os documentos institucionais supra foram aprovados por unanimidade.

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio prestado ao longo do ano de 2019, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortês

# Relatório Financeiro



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT

## MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

Recursos	Orçamento	Realizado	% Exec	V. absoluta	Notas
<b>Fundo Reversão</b>		<b>835.514</b>		<b>(835.514)</b>	
Saldo Inicial		835.514		(835.514)	
Operação de Reserva	761.076	837.999	109%	323.287	
Comunicação Indiv	695.000	1.066.000	153%	100.000	
CCDO	236.424	124.036	52%	112.360	I
CCU - Programa OUA	169.260	77.723	46%	81.537	II
BOC	1.626.000	1.204.233	74%	201.767	III
Diferenças cambiais favoráveis		93		120	
CCDO TAB	3.442.738	3.749.411	109%	138.673	
<b>Despesas</b>					
<b>Programas</b>	<b>3.337.935</b>	<b>2.479.367</b>	<b>74%</b>	<b>867.568</b>	
<b>1. Investimentos</b>	<b>179.833</b>	<b>183.863</b>	<b>102%</b>	<b>(8.348)</b>	
1.1 Governança do Setor Público	179.833	183.863	102%	(8.348)	
<b>2. Proveniente Público &amp; Partes Públicas Privadas</b>	<b>188.793</b>	<b>191.709</b>	<b>101%</b>	<b>3.016</b>	
2.1 Investição e aquisição dos principais fornecedores de material editorial	35.764	37.541	105%	(177)	
2.2 Pesquisa sobre procurement no sector de obras públicas	10.000	9.099	91%	901	
2.3 Investigação sobre os principais fornecedores de maquinaria e materialização de obras	3.200	2	0%	3.200	
2.4 Pesquisa sobre a produção de materiais e métodos de trabalho para a construção	3.000	3.999	133%	1.000	IV
2.5 Serviços de PPP no sector de transportes - UICAO do Porto de Pesca	17.700	17.700	100%	1.761	IV
2.6 Vistos Exatidão e Pesquisa	20.000	20.999	105%	(999)	V
2.7 Honorários de Consultoria	30.779	30.000	97%	(779)	
<b>3. Despesas Públicas</b>	<b>209.881</b>	<b>219.862</b>	<b>105%</b>	<b>9.981</b>	
3.1 Rendimentos/Despesas Públicas	122.120	120.100	98%	2.020	
3.2 Regime de Despesas Públicas	87.800	99.811	114%	12.011	
<b>4. Anti Corrupção</b>	<b>187.126</b>	<b>147.929</b>	<b>79%</b>	<b>39.197</b>	
4.1 Criação de número anti corrupção envolvendo OUA	6.157	0	0%	6.157	
4.2 Implementar anti corrupção nas empresas	42.889	20.889	49%	22.000	IV
4.3 Implementação do Plano de Actividades com o Gabinete Central de Combate à Corrupção	30.000	47.183	157%	17.183	
4.4 Atividade de sensibilização das zonas de corrupção - Base de Dados das principais causas de corrupção	2.000	2.000	100%	0	
4.5 Pesquisa sobre o integralidade do programa "Sustentável"	20.000	24.713	124%	4.713	VI
4.6 Atividade (casos investigados pelo GCP)	19.000	14.200	75%	4.800	
4.7 Vistos Exatidão e Pesquisa	19.000	12.823	68%	2.177	IV
4.8 Honorários de Consultoria	19.000	19.000	100%	191	
<b>5. Areas Transversais</b>	<b>434.987</b>	<b>409.264</b>	<b>94%</b>	<b>25.723</b>	
5.1 Actividades Investigativas	88.888	88.888	100%	0	
5.2 Estratégias de Comunicação	82.148	82.129	100%	17.300	
5.2.1 Mail List, Telex & Facebook e Publicidade em Jornais e Revistas comunitárias	60.000	17.363	29%	42.637	VI
5.2.2 Pagos Web, Manuais, Seguros, Internet, Compra de foto e Equipamentos digitais	60.000	64.766	108%	(4.766)	
5.3 Planos de Trabalho	33.148	30.227	91%	2.921	
5.3.1 Identificação, Avaliação e Adaptação de Fundos	82.260	80.000	97%	2.260	
5.4 Orientações - PROSAMOUCAL	169.260	169.260	100%	70.714	IV
<b>6. Mudanças Climáticas</b>	<b>30.260</b>	<b>30.200</b>	<b>100%</b>	<b>60</b>	
<b>6.5 ASSUNTOS TRANSVERSAS</b>	<b>2.834.000</b>	<b>2.298.799</b>	<b>81%</b>	<b>535.201</b>	
6.5.1 Gestão de Recursos	25.000	25.000	100%	0	
6.5.2 Programa de Trabalho	1.500.000	1.133.844	76%	366.156	IX
6.5.3 Cálculo Carbono	30.000	30.000	100%	0	
6.5.4 Proveniente público e a intervenção do GCP	18.000	1.644	9%	16.356	IV
6.5.5 Subprogramas	18.000	24.200	135%	6.200	
6.5.5.1 Actividades Investigativas	18.000	49.200	273%	31.200	
6.5.5.2 Actividades Linguísticas, Tradução & Impresses de Estudos e Pesquisas	40.000	34.129	85%	5.871	
6.5.5.3 Vagões Nacionais	25.000	27.200	109%	(2.200)	
6.5.5.4 Vagões Internacionais	15.000	15.000	100%	0	IV
6.5.5.5 Desenvolvimento Institucional	41.440	41.440	100%	170.000	
6.5.5.6 Formação & Desenvolvimento do Pessoal	29.200	29.000	99%	2.200	IV
6.5.5.7 Redes anuais & reportings	14.200	14.200	100%	0	X
<b>16. Outras Despesas</b>	<b>219.144</b>	<b>192.794</b>	<b>88%</b>	<b>26.350</b>	
16.1 Material de Escritório e Consumíveis	7.500	7.500	100%	0	
16.2 Despesas de Viagem	3.000	2.700	90%	300	X
16.3 Aluguer de Equipamento	16.000	16.000	100%	0	
16.4 Serviços de Impressão	12.000	12.000	100%	0	XII
16.5 Transporte, Aluguer de Veículo, Internet & Assessoria Informática	20.000	20.000	100%	0	
16.6 Água e Efluentes	2.000	2.000	100%	0	XIV
16.7 Manutenção & Reparação do Equipamento	2.000	2.000	100%	0	
16.8 Combustíveis, Lubrificantes & Manutenção & Reparação de Veículos	8.000	2.000	25%	6.000	
16.9 Seguro de Viagem	1.000	1.000	100%	0	
16.10 Assistência Médica	20.000	0	0%	20.000	XIII
16.11 Subprogramas	7.000	3.800	54%	3.200	IV
16.12 Serviços Internos	10.000	10.000	100%	0	XVII
16.13 Salários & Benefícios	519.211	464.171	89%	55.040	
16.13.1 Salários	536.000	470.288	88%	65.712	
16.13.2 Salários Médicos & Medicamentos	18.000	14.340	80%	3.660	
16.13.3 Salários de Contratados	8.400	7.710	92%	890	
16.13.4 Salários de Contratados	10.000	12.344	123%	2.344	
Diferenças cambiais Desfavoráveis		3.069		30.900	XV
(A) Fundos acumulados	3.442.738	3.885.640	113%	442.902	
(B) Despesas	4.089.713	3.885.640	95%	204.073	
(C) Saldo (A - B)	448.925	448.900	100%	24.829	



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT

## MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

Notas	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
<b>RECETAS</b>				
Saldo Inicial				
Recursos do ano	635.514	635.514	-	319.438
Diferenças cambiais favoráveis	3.542.759	3.113.884	528.875	2.453.458
Total de Recetas	4.278.273	3.749.411	828.875	2.772.896
<b>PAGAMENTOS</b>				
Indústria Extractiva	9	179.620	185.983	(6.363)
Proveniente Público	9	189.793	181.709	8.084
Finanças Públicas	10	209.989	210.952	(963)
Anti Corrupção	11	167.126	147.929	19.197
Areas Transversais	12	424.907	370.354	54.553
Assuntos Transversais	13	2.034.000	1.229.729	804.271
Vagões Nacionais & Internacionais	14	50.000	48.217	1.783
Desenvolvimento Institucional	15	40.000	34.129	5.871
Revisão Linguística, Tradução & Impresses de Estudos e Pesquisas	16	45.400	61.345	(15.945)
SIDA - Programa de viagens		-	-	-
Outras Despesas		-	-	-
Diferenças de Câmbios Desfavoráveis	17	751.756	702.219	49.537
Total de Pagamentos	4.089.713	3.189.846	899.867	2.189.862
<b>TOTAL DE PAGAMENTOS EXCEDENTE DO ANO</b>	<b>185.900</b>	<b>540.435</b>	<b>(360.204)</b>	<b>635.514</b>

O Conselho de Direcção

*Edson Cortés*

Edson Cortés

O Contabilista

*Lenine Daniel*

Lenine Daniel





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em dólares Americanos)

## 1. Introdução

O CIP – Centro de Integridade Pública de Moçambique, é uma pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica do tipo associação sem fins lucrativos, não partidária, independente com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é de promover a integridade na esfera pública em Moçambique através da denúncia da corrupção e de irregularidades em geral e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Em 23 de Outubro de 2019 foi assinado um Memorando de Entendimento (Mou) entre os Parceiros e o CIP com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP no período de cinco anos (2019-2023), através do Projecto – Joint Funding Arrangement.

O projecto – “Joint Funding Arrangement”, financiado conjuntamente por cinco Doadores nomeadamente, Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Embaixada da Noruega, Embaixada da Holanda, tem vindo a ser implementado pelo CIP, uma organização da Sociedade Civil Moçambicana que actua na área da Governação através da pesquisa, advocacia e monitoria. O referido Memorando estabelece regras formais para:

- i. assegurar que existe um mecanismo sustentável do financiamento e comunicação para o apoio efectivo e eficiente da implementação do Programa, incluindo uma indicação compreensiva de todas as fontes de financiamento.
- ii. Harmonizar as regras de parceiros com vista a minimizar os custos das transacções e carga administrativa para CIP e Parceiros.
- iii. Formalizar um sistema único de monitoria, avaliação, revisão e reporting que satisfaz as exigências de todas as partes.
- iv. Estabelecer um Código de Conduta de Parceiros em relação ao CIP.
- v. Estabelecer responsabilidades e obrigações do CIP para os Parceiros.
- vi. Assegurar que cada parte em relação a este Memorando pode cumprir as suas próprias responsabilidades e exigências internas enquanto opera dentro destas regras.

O Plano Estratégico (2019/2023) do CIP tem os seguintes objectivos globais:

- Induzir a boa governação, integridade e transparência nas políticas e práticas públicas, assim como nas empresas mais relevantes.
- Exposição de casos de corrupção e a consciencialização pública.

Para o ano de 2023 o CIP contou com fundos alocados pelos Parceiros/Doadores acima referidos num total de cerca de USD

3.749.411.

### Cooperação e Gabinete da Comunidade Estrangeira e Desenvolvimento

O CIP assinou em 13/08/2018 um acordo de financiamento por 5 anos, através do qual o FCDO irá contribuir com um total de 2.500.000 Libras para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2024.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em dólares Americanos)

### Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

O CIP assinou em 1/8/2019 um acordo de financiamento por 4 anos, através do qual a SDC irá contribuir com um total de USD 2.800.000 para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

### Embaixada da Noruega

O CIP assinou em 5/07/2018 um acordo de financiamento, através do qual, foi alocado um montante de NOK 35.000.000 para a implementação do seu Plano Estratégico 2019-2023.

### Embaixada da Suécia - SIDA

O CIP assinou em 15 de Novembro de 2011 um acordo de financiamento do qual, foi alocado um montante de SEK 30.000.000 para a cobertura das eleições de 2023 e 2024.

### CESC -Centro de Apoio e Capacitação da Sociedade Civil

O CIP assinou em 24 de Maio de 2022 um acordo de financiamento, através do qual, foi alocado um montante de 20.966.400 Meticals para a realização das actividades ligadas a descentralização.

## 2. Principais Políticas Contabilísticas

### **(a) Base de preparação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico e da base de caixa. Nesta base, as receitas são reconhecidas aquando do seu recebimento, independentemente da data de ocorrência dos ganhos, sendo as despesas registadas aquando do seu pagamento, independentemente da data da ocorrência das obrigações.

### **(b) Equipamentos e materiais**

Os equipamentos e materiais são considerados como despesas da Associação pelo valor da compra e na data do seu pagamento. Para além dos registos contabilísticos, o Conselho de Direcção da organização, mantém um inventário actualizado dos equipamentos e materiais duradouros.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

**PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT**

**NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Montantes expressos em dólares Americanos)

**(c) Moeda de relato e transacções em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras estão expressas em Meticals. As transacções efectuadas em moeda estrangeira são convertidas para Meticals, utilizando a taxa de câmbio da data da transacção. As diferenças de câmbio apuradas, são registadas em despesas ou receitas. Para efeitos do reporting aos Doadores as contas são convertidas em USD utilizando a taxa de câmbio média mensal do Standard Bank.

**(d) Recebimentos**

Os fundos recebidos compreendem doações/ donativos recebidos no âmbito dos acordos de parcerias celebrados com os Doadores e outros parceiros da Organização.

**(e) Pagamentos**

Os pagamentos são reconhecidos quando os bens ou serviços são fornecidos. A alocação dos pagamentos pelas diferentes categorias de despesas é baseada na classificação orçamental original em USD.

**3. Recebimentos correntes**

Os recebimentos correntes, são relativas à adiantamentos de viagens colocados a disposição dos colaboradores para a realização das actividades de trabalho de campo e que à data de 31 de Dezembro de 2023, ainda não tinham sido justificados, decompõe-se como segue:

	31-Dec-2023	31-Dec-2022
Travel Advances	2.699	437
	<u>2.699</u>	<u>437</u>

**4. Bancos**

O saldo de bancos compreende às disponibilidades da Organização nas contas bancárias no Standard Bank nomeadamente, metical e Dólares Americanos à 31 de Dezembro de 2023, decompõem-se como segue:

	31-Dec-2023	31-Dec-2022
Caixa Geral	111	-
<b>Bancos Depositos a Ordem</b>		
Bancos - MT Standard Bank	9.379	2.847
Bancos - USD Standard Bank	622.893	670.629
	<u>632.383</u>	<u>673.476</u>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

**PROJECTO – JOINT ARRANGEMENT**

**NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Montantes expressos em dólares Americanos)

**5. Credores**

O saldo de credores, corresponde aos impostos e à contribuição ao Instituto de Segurança Social, referentes ao mês de Dezembro de 2023, a serem pagos no primeiro trimestre de 2024, apresentados como segue:

	31-Dec-2023	31-Dec-2022
Rendimentos Profissionais IRPS	15.805	146
Rendimentos Prediais	-	-
Rendimentos Trabalhos Dependentes	19.533	32.273
Contribuições ao INSS	6.367	5.978
Adiantamentos de Projectos	24.613	-
	<u>66.318</u>	<u>38.398</u>

**6. Saldo inicial**

O saldo inicial, corresponde ao saldo do fecho do ano anterior, transitado para o exercício económico corrente.

**7. Receitas do ano**

As receitas do ano correspondem às transferências efectuadas pelos doadores nomeadamente Embaixada da Noruega, Agência para o Desenvolvimento e Cooperação Suíça, CESC – programa IGUAL, Gabinete da Comunidade Estrangeira e Desenvolvimento (FCDO) e pela Embaixada da Suécia em honra dos acordos assinados para implementação do Plano Estratégico do CIP, nomeadamente:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
<b>RECEITAS</b>				
Embaixada da Noruega	761.075	637.988	123.087	705.821
Cooperação Suíça	550.000	1.050.000	500.000	800.000
FCDO	236.424	124.039	112.385	235.776
CESC - Programa IGUAL	169.260	77.723	91.537	49.271
Fundos devolvidos a CESC				(11.209)
SIDA	1.926.000	1.224.133	701.867	673.799
	<u>3.642.759</u>	<u>3.113.884</u>	<u>528.876</u>	<u>2.453.458</u>

**8. Recursos naturais e indústria extractiva**

O saldo recursos naturais e indústria extractiva, decompõe – se como segue:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Governação do Sector Extractivo	179.635	185.983	6.348	177.459
	<u>179.635</u>	<u>185.983</u>	<u>6.348</u>	<u>177.459</u>



9. Parcerias públicas - privadas

O montante registado nesta rubrica analisa-se como segue:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Investigação e publicação dos principais fornecedores de material eletrál	36.764	37.541	(777)	5.729
Pesquisa sobre procurement no sector de obras públicas	10.000	9.999	901	-
Investigação sobre os principais fornecedores de medicamentos e material médico-cirúrgico	5.000	-	5.000	-
Pesquisa sobre o processo de aquisição e distribuição de autocamions para o serviço público	5.000	3.968	1.032	5.002
Benefícios das PPP no sector de transportes - O caso do Porto de Pemba	13.500	11.739	1.761	3.917
Vários Estudos e Pesquisas	20.000	22.669	(2.669)	-
Honorários de Consultoria	96.519	96.692	(173)	88.033
	<u>198.783</u>	<u>181.709</u>	<u>5.074</u>	<u>112.681</u>

10. Finanças Públicas

O montante reflectido na rubrica de finanças públicas apresenta-se como segue:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Receitas/Despesas Públicas	122.120	120.110	2.009	108.159
Rastreio da Despesa Pública	87.670	90.841	(2.972)	51.750
	<u>209.790</u>	<u>210.952</u>	<u>(653)</u>	<u>159.909</u>

11. Anti Corrupção

As despesas contabilizadas nesta rubrica incluem:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Criação de núcleos anti-corrupção envolvendo ONGs	6.157	-	6.157	91.304
Seminários anti-corrupção nas províncias	42.969	30.882	12.087	42.104
Implementação do Plano de Actividades com o Gabinete Central de Combate à Corrupção	50.000	47.182	2.818	15.740
Monitoria da tendência dos casos de corrupção- base de Dados dos principais casos de corrup	2.500	2.701	201	471
Pesquisas sobre a integridade do programa "Sustentor";	20.000	24.713	(4.713)	-
Litígios (casos investigados pelo CIP).	15.000	14.299	701	-
Vários Estudos e Pesquisas	15.000	12.623	2.377	-
Honorários de Consultoria	15.500	15.359	141	80.800
	<u>167.126</u>	<u>147.659</u>	<u>19.466</u>	<u>230.419</u>



12. Áreas transversais

As despesas contabilizadas nesta rubrica integram:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Jornalismo Investigativo	80.969	84.455	(3.486)	95.275
Estratégias de Comunicação	53.168	55.120	(1.953)	46.821
Monitoria, Avaliação e Angariação de Fundos	92.000	96.026	(4.026)	85.819
Descentralização - PROGRAMA IGUAL	169.260	98.546	70.714	-
Mudanças Círculos	38.000	36.203	(1.797)	-
	<u>424.997</u>	<u>370.354</u>	<u>54.643</u>	<u>228.905</u>

13. Assuntos transversais

As despesas contabilizadas na rubrica de assuntos transversais incluem consultorias ao serviço da CIP residentes nas províncias indicadas abaixo:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Dividas Ocultas	20.000	19.385	615	25.862
Programa de Elvijos	1.926.000	1.133.844	792.156	22.210
Cabo Delgado	20.000	20.316	(316)	59.348
Processos judiciais e a intervenção do CIP	18.000	1.644	16.356	1.430
Subvenções	50.000	54.550	(4.550)	65.057
	<u>2.034.000</u>	<u>1.229.739</u>	<u>804.261</u>	<u>174.907</u>

14. Revisão linguística, traduções & impressões de estudos e pesquisas

Esta rubrica compreende as despesas incorridas com a revisão linguística, traduções e impressões de estudos e pesquisas durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2023.

15. Viagens nacionais e internacionais

As despesas incorridas nesta rubrica analisam-se como segue:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Viagens Nacionais	25.000	27.257	(2.257)	32.387
Viagens Internacionais	15.000	6.872	8.128	5.573
	<u>40.000</u>	<u>34.129</u>	<u>5.871</u>	<u>37.960</u>

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em dólares Americanos)

**16. Desenvolvimento Institucional**

As despesas incorridas nesta rubrica têm a seguinte decomposição:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Formação & Desenvolvimento do Pessoal	29.800	26.651	3.149	14.455
Retiro anual & team building	15.625	34.694	(19.069)	14.458
	<u>45.425</u>	<u>61.345</u>	<u>(15.920)</u>	<u>28.913</u>

**17. Outras despesas**

As despesas incorridas nesta rubrica têm a seguinte decomposição:

	Orçamento 2023	Real 2023	Saldo 2023	Real 2022
Material de Escritório e Consumíveis	7.500	8.013	(513)	10.256
Despesas Bancárias	3.500	2.715	785	2.091
Renda do Escritório	66.977	61.342	5.635	86.954
Segurança do Escritório	12.581	8.866	3.715	7.865
Telefones, Fax e P&X, Internet & Assistência Informática	20.000	21.242	(1.242)	34.602
Água e Electricidade	7.500	6.573	(2.073)	5.710
Manutenção & Reparação do Escritório	2.500	2.587	(87)	1.079
Combustíveis, Lubrificantes & Manutenção & Reparação de Viaturas	3.500	2.002	1.498	5.736
Seguro de Viaturas	1.300	809	491	518
Auditoria Externa	25.000	-	25.000	24.969
Subscrições	7.200	3.950	3.250	3.223
Serviços Externos	15.625	16.346	(721)	8.570
Salários & Benefícios	578.537	564.755	13.782	653.831
	<u>751.758</u>	<u>702.219</u>	<u>49.539</u>	<u>825.344</u>

No final do exercício o CIP contava com 18 trabalhadores do quadro (17 trabalhadores no final de 2022).

**18. IMPOSTOS**

As Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Organização durante um período de dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do Imposto de Rendimento Pessoas Singulares (IRPS), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e Taxas Liberatórias, eventuais correcções.

Contudo, a Organização espera ter cumprido adequadamente com todas as suas obrigações fiscais, pelo que possíveis correcções à matéria colectável declarada, decorrentes dessas revisões, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em dólares Americanos)

**19. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**

Após a data de 31 de Dezembro de 2023 até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o CIP, afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O Conselho de Direcção

O Contabilista

  
Edson Cortés  


  
Lenine Daniel

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos do Centro de Integridade Pública, adiante designado por CIP, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a sua actividade fiscalizadora.

O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considera adequada, a evolução das actividades do CIP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Direcção e das diversas áreas do CIP.

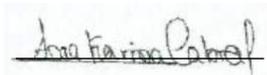
O Relatório Financeiro, compreendendo a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP e todos movimentos contabilísticos estão alinhados com as disposições legais em vigor e com os contratos bilaterais e MoU assinados entre o CIP e seus Parceiros de Financiamento, não tendo verificado situações ou quaisquer actos que violem os Estatutos, propõe-se que o referido relatório financeiro e o de actividades do ano de 2023 sejam aprovados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

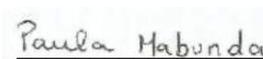
- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP que vos são apresentadas.

O Conselho Fiscal expressa o seu voto de louvor e confiança aos membros da Direcção e todos colaboradores pela dedicação, empenho, profissionalismo e competência com que exerceram as funções durante o ano de 2023, na linha do que se exige ao CIP.

Maputo, 12 de Fevereiro de 2024



Ana Karina Cabral



Paula Mabunda



Ernst & Young – Sociedade de  
Contabilistas e Auditores Certificados, Lda.  
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179  
Caixa Postal 386,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1984  
Email: ernst.young@mz.ey.com  
NUIF:400 006 245  
www.ey.com



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Direcção do

**CIP - CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA**

### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras do **CIP - Centro de Integridade Pública** (a Entidade), para o “**Projecto - Joint Arrangement**” financiado pelos diversos Doadores, que compreendem a Posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, o Mapa de Recebimentos e Pagamentos e o Mapa de Execução Orçamental relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas da Entidade estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores.

Para além da nossa opinião, executamos também outros procedimentos conforme o previsto no âmbito do trabalho acordado no contrato de auditoria assinado com um dos Doadores e concluímos que no período em análise:

- a) os relatórios financeiros emitidos no período em análise se apresentam numa forma verdadeira e apropriada; e
- b) os fundos recebidos no período em análise foram usados de acordo com os objectivos acordados no plano estratégico do **CIP - Centro de Integridade Pública**.

### **Bases para a Opinião**

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

A member firm of Ernst & Young Global Limited

### **Responsabilidades do Conselho de Direcção pelas Demonstrações Financeiras**

O Conselho de Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Direcção é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Direcção tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Direcção é também responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho da Direcção.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho da Direcção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o Conselho de Direcção, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Direcção que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Direcção, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Paulo Reis.

**ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.**

Representada por:

  
Paulo Jorge Gonçalves Afonso dos Reis (Auditor Certificado nº 34)  
  
Maputo, 20 de Março de 2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:

